



Regionalismo e Gestão Fiscal: o caso de pequenos e médios municípios brasileiros

Aluno Mestrado/MSc. Student Matheus Santos Marques [ORCID iD](#), Aluno Doutorado/Ph.D. Student Allison Manoel de Sousa [ORCID iD](#), Doutor/Ph.D. Luciana Klein [ORCID iD](#), Doutor/Ph.D. Vagner Alves Arantes [ORCID iD](#)

UFPR, Curitiba, Paraná, Brazil

Aluno Mestrado/MSc. Student Matheus Santos Marques

[0000-0003-3375-6376](#) Programa de Pós-Graduação/Course Mestrando em Contabilidade pelo Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da UFPR (PPGCONT-UFPR)

Aluno Doutorado/Ph.D. Student Allison Manoel de Sousa

[0000-0002-5959-6078](#) Programa de Pós-Graduação/Course Doutorando em Contabilidade pelo Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da UFPR (PPGCONT-UFPR)

Doutor/Ph.D. Luciana Klein

[0000-0001-6815-1831](#) Programa de Pós-Graduação/Course Professora Doutora no Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da UFPR (PPGCONT-UFPR)

Doutor/Ph.D. Vagner Alves Arantes

[0000-0001-8191-3837](#) Programa de Pós-Graduação/Course Professor Doutor no Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da UFPR (PPGCONT-UFPR)

Resumo/Abstract

Este trabalho investiga a influência do regionalismo nos índices de gestão fiscal dos municípios brasileiros. Foram analisados 5.308 municípios em períodos anuais de 2006 a 2016. Os dados foram submetidos à regressão de dados em painel. Os resultados indicaram que há diferenças entre as regiões do Brasil em termos de eficiência da gestão fiscal geral, gastos com pessoal, liquidez e investimento. Descobriu-se também que essas diferenças diminuem à medida que o tamanho populacional dos municípios aumenta. Esses resultados podem ser interpretados à luz da Teoria do Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento ao considerar as disparidades nos índices fiscais entre as regiões e o impacto do tamanho dos municípios como exemplos dessas diferenças e transmissão entre as regiões. O estudo é relevante ao evidenciar as necessidades específicas das regiões em termos de gastos fiscais, mesmo diante das medidas adotadas pelo governo nas últimas décadas para reduzir as disparidades regionais. Contribui-se também no campo prático e social ao ressaltar a importância de abordagens diferenciadas nas políticas públicas e nos gastos fiscais para promover um desenvolvimento equitativo e sustentável alinhado com o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Modalidade/Type

Artigo Científico / Scientific Paper

Área Temática/Research Area

Contabilidade e Setor Público (CSP) / Accounting and Public Sector



Regionalismo e Gestão Fiscal: o caso de pequenos e médios municípios brasileiros

Resumo

Este trabalho investiga a influência do regionalismo nos índices de gestão fiscal dos municípios brasileiros. Foram analisados 5.308 municípios em períodos anuais de 2006 a 2016. Os dados foram submetidos à regressão de dados em painel. Os resultados indicaram que há diferenças entre as regiões do Brasil em termos de eficiência da gestão fiscal geral, gastos com pessoal, liquidez e investimento. Descobriu-se também que essas diferenças diminuem à medida que o tamanho populacional dos municípios aumenta. Esses resultados podem ser interpretados à luz da Teoria do Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento ao considerar as disparidades nos índices fiscais entre as regiões e o impacto do tamanho dos municípios como exemplos dessas diferenças e transmissão entre as regiões. O estudo é relevante ao evidenciar as necessidades específicas das regiões em termos de gastos fiscais, mesmo diante das medidas adotadas pelo governo nas últimas décadas para reduzir as disparidades regionais. Contribui-se também no campo prático e social ao ressaltar a importância de abordagens diferenciadas nas políticas públicas e nos gastos fiscais para promover um desenvolvimento equitativo e sustentável alinhado com o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Palavras-chave: Gestão Fiscal. Regionalismo. Municípios. Regiões.



1 Introdução

A competição é um fenômeno inevitável, principalmente em ambientes com recursos escassos. Para o desenvolvimento de um país, as desigualdades regionais sempre foram um grande desafio principalmente para as regiões com áreas territoriais extensas (Shankar, & Shah, 2003; Porter, 2008). Considerando esse contexto, a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento preconiza que o desenvolvimento econômico ocorre de forma irregular no período de formação do país ou exploração de uma nova área, favorecendo algumas regiões em detrimento de outras devido ao seu potencial de crescimento (Hirschman, 1958; Lima & Simões, 2010). Com o tempo, as disparidades regionais se intensificam e levam à redução da capacidade do Estado, no nível federal, em lidar com as necessidades demandadas por cada localidade. No entanto, os municípios são tidos como o nível de governo mais adequado para solucionar este impasse devido as suas características e atribuições, até porque tendem a melhor competir em prol do bem-estar local (Sengenberger, 1993; Porter, 2008; Leigh & Blakely, 2016; Trojanek et al. 2021).

A melhor estratégia para combater o desenvolvimento irregular parece ser a alocação de recursos públicos que, por vezes, são considerados como insuficientes para atender essas expectativas locais (Musgrave, 1959). A discussão posta é que regiões e municípios são desiguais e, como efeito, as suas necessidades e níveis de gastos são distintos. Em geral, países ou regiões possuem diferentes trajetórias de crescimento (Acemoglu et al., 2002; Nurkse, 1967) e desigualdades espaciais (Fujita & Thisse, 2002; Huriot & Thisse, 2000) em relação às características políticas, econômicas, culturais e geográficas (Gérard et al., 2010). Neste sentido, a descentralização fiscal surge como maneira de mitigar os efeitos desses fatores (Giambiagi et al., 2017). Adicionalmente, outros aspectos, como por exemplo, a arrecadação (Akita et al., 2021) e o recebimento de transferências obtidas dos governos centrais/federais (Nurosidah et al., 2023) também desempenham um papel relevante.

Nesse sentido, a gestão fiscal pode ficar comprometida no que diz respeito às despesas específicas ligadas a investimentos e remuneração (gasto pessoal). Esse comportamento pode impactar no modo como os municípios lidam com a liquidez financeira, ou seja, os municípios podem adiar o pagamento de contas para o próximo ano mesmo sem ter dinheiro suficiente no momento (Bartoluzzio & Anjos, 2019a). Estudos empíricos apontam que, por vezes, os gestores públicos, de modo oportunista, se utilizam das necessidades locais como prerrogativa para aumentar gastos específicos ligados à área de investimentos de capital, como por exemplo, investimentos em infraestrutura (Drazen & Eslava, 2010; Klein & Sakurai, 2015) e tais investimentos parecem ser os mais bem aceitos pelos cidadãos (Vergne, 2009; Oliveira et al., 2023).

Com relação a países onde esse fenômeno de desenvolvimento irregular pode ocorrer, destaca-se o Brasil como ambiente ideal devido a diferenças significativas entre as regiões. Neste país, a democracia é recente e, por isso, presenciou uma diversidade de políticas macroeconômicas e reformulações políticas-institucionais, além de enfrentar, entre 1980 e 1994, um período de hiperinflação (Curado & Cruz, 2012). O país possui uma vasta extensão territorial e abriga uma rica diversidade étnica, racial e cultural com diferentes condições econômicas entre as regiões (Barros, 2011; Penna et al., 2013). Além disso, o ambiente brasileiro, apesar de possuir carga tributária equivalente a países desenvolvidos, a maior parte da arrecadação tributária é oriunda de tributos sobre o consumo. Essa característica tributária contribui para o aumento das disparidades de renda entre a população, além de fazer com que os recursos arrecadados não sejam suficientes para desenvolvimento de políticas públicas que garantam a inclusão social (Martins, 2021).



Os recursos públicos desempenham um papel relevante na vida da sociedade dado que os municípios têm a responsabilidade de alocá-los, de modo mais eficiente, para atender às necessidades específicas da população local. Contudo, devido à vasta extensão territorial do Brasil e à existência de desigualdades crônicas, as demandas locais são diversas e distintas a depender da região (Varela et al., 2009; Diniz et al., 2012). Conseqüentemente, a depender da região, os gastos do governo local podem se comportar de maneira distinta. Assim, as regiões brasileiras podem atuar como fatores que interferem nos índices de gestão fiscal. A partir disso, o presente estudo buscou investigar a influência do regionalismo nos índices de gestão fiscal dos municípios brasileiros.

O presente estudo se justifica ao apresentar avanços à discussão (Baer et al., 1987; Leff, 1991; Barros, 2011; Cravo et al., 2019; Luz & Fochezatto, 2022) sobre as diferenças regionais do Brasil. Ao contrário da maioria das pesquisas que se concentram em compreender as origens das disparidades regionais, este estudo vai além, investigando as necessidades de cada região em termos de gastos fiscais. Dessa forma, é possível avançar no diagnóstico e na compreensão das raízes dessas disparidades considerando a lente da Teoria do Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento em um país emergente que, embora se situe como uma das principais economias emergentes e mundiais, ainda é marcado por desigualdades regionais. Essas desigualdades foram intensificadas em decorrência das políticas econômicas focadas em regiões específicas até o início do século XX, além da recente interiorização do país que ocorreu de forma mais intensificada após a construção da cidade de Brasília no fim da década de 1950 (Leff, 1991; Lima & Simões, 2009; Bird & Straub, 2020).

O estudo contribui às investigações que concentraram esforços na verificação dos reflexos da gestão fiscal eficiente nos índices de gestão fiscal dos municípios (Easterly & Rebelo, 1993; Kneller et al., 1999; Scarpin & Slomski, 2007; Bresser-Pereira, 2008; Costa et al., 2015; Jorge & Cajazeira, 2015; Fialho & Fialho, 2016; Kwak, 2017; Louzano et al., 2019). No entanto, não levaram em consideração os fatores regionais e como as particularidades de cada região podem influenciar a gestão fiscal. Esta ausência de justificativas é uma lacuna a ser explorada, ainda mais que o Brasil é marcado por desigualdades regionais que fazem com que as demandas da sociedade sejam diferentes e específicas em localidades distintas.

Assim, este trabalho proporciona avanços à academia como também contribuições à sociedade. Os resultados podem auxiliar servidores públicos que são incumbidos de formular as políticas públicas, ao possibilitar considerar as necessidades específicas de cada município. Também, os resultados desta pesquisa podem contribuir para órgãos de diferentes níveis do governo que são responsáveis por políticas de desenvolvimento regional, possibilitando a redução das desigualdades regionais, como preconizado pelo Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

2 Referencial teórico

2.1 Teoria do Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento no ambiente brasileiro

O desenvolvimento econômico pode variar entre diferentes regiões de um país de acordo com a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento. Essa teoria sugere que o crescimento econômico ocorre de maneira concentrada em uma região inicial e requer a implementação de estratégias sequenciais. Como resultado, a região central tende a experimentar um progresso econômico mais rápido em comparação a outras regiões. Para discutir a disparidade econômica nas regiões menos desenvolvidas, é essencial compreender as origens dessa concentração espacial para que possa ser mitigada. Nesse sentido, é preciso que o Estado intervenha nessas regiões e promova investimentos para desenvolver



atividades produtivas complementares com o propósito de reduzir as desigualdades regionais (Hirschman, 1958; Lima & Simões, 2009).

Nos países emergentes, o desenvolvimento econômico não corre de modo natural ou espontâneo devido a obstáculos estruturais que dificultam o seu progresso. Portanto, é necessário adotar medidas deliberativas e planejadas para impulsionar o desenvolvimento local. De acordo com Hirschman (1958), é crucial considerar os efeitos de interdependência setorial e estimular as principais indústrias para maximizar o crescimento econômico. Além disso, o crescimento também pode ser transmitido entre as regiões, fazendo com que haja a diminuição das desigualdades regionais. Por esse motivo, ações dos formuladores de políticas públicas são fundamentais no combate a essas desigualdades (Hirschman, 1958; Lima & Simões, 2009).

Durante o século XIX, o Brasil teve grande concentração do setor produtivo em três estados: Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Isso continuou durante a primeira metade do século XX devido à intensificação da industrialização impulsionada pelo governo federal no Rio de Janeiro e São Paulo. Essas duas regiões, por já possuírem uma infraestrutura mais desenvolvida e uma mão de obra mais qualificada, tiveram facilitação na instalação de indústrias em relação a outras regiões. Somente a partir da década de 1950, com a implementação do plano JK “50 anos em 5”, do então presidente Juscelino Kubitschek onde a construção de Brasília era o principal objetivo, houve um esforço para a interiorização do desenvolvimento nacional (Leff, 1991; Lima & Simões, 2009; Bird & Straub, 2020).

O plano JK buscava não apenas a construção de uma nova capital, mas também o desenvolvimento de setores como energia, transporte e indústria automobilística em várias regiões do Brasil. Essas metas contribuíram para reduzir a concentração maciça da economia em regiões do eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, impulsionando o crescimento em outras partes do país. No entanto, surgiram diversos desafios nas regiões que eram povoadas, especialmente devido à carência de infraestrutura. Como resultado, embora o Brasil tenha sido encontrado há mais de 500 anos, o desenvolvimento econômico em grande parte do território nacional concentrou-se principalmente após o fim da década de 1950. Com isso, mesmo sendo uma das principais economias do mundo, o Brasil pode ser considerado como um país jovem, porque muitos municípios foram formados a menos de um século (Ferreira, 2004; Silveira-Neto & Azzoni, 2006; Lima & Simões, 2009; Bird & Straub, 2020)

A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento é aplicável à situação brasileira atual. Mesmo sendo um país emergente, o Brasil enfrenta desafios significativos relacionados às demandas específicas e à desigualdade regional. Essa teoria reconhece que a concentração econômico histórica em determinadas regiões ainda tem repercussões, resultando em disparidades socioeconômicas entre diferentes partes do país. Enquanto algumas regiões têm experimentado avanços significativos, outras ainda carecem de infraestrutura adequada, acesso a serviços básicos e oportunidades de emprego. Compreender e aplicar essa teoria auxilia na formulação de políticas públicas direcionadas para atender essas necessidades regionais e reduzir as desigualdades regionais existentes (Hirschman, 1958; Lima & Simões, 2009; Fialho & Fialho, 2016; Cravo et al., 2019).

2.2 Desenvolvimento e apresentação da hipótese

Uma das principais funções da administração pública é a maximização do bem-estar social otimizando o uso dos recursos públicos com ênfase no progresso socioeconômico (Motta, 2013; Alonso et al., 2015; Silva & Crisóstomo, 2019). Como os recursos públicos dos municípios são oriundos de receitas tributárias e de repasses dos governos federal e estadual (Costa et al., 2015; Moutinho, 2016), são necessários mecanismos para controlar as ações do gestor municipal (Alcântara et al., 2015; Silva & Crisóstomo, 2019). O Brasil utilizou como



referência exemplos bem-sucedidos de outros países para discutir e desenvolver estratégias com o objetivo do controle dos gastos públicos e a responsabilização dos gestores em relação aos recursos públicos sob sua responsabilidade. Essas diretrizes foram embasadas na Constituição da República Federativa do Brasil (CF, 1988) e a Lei Complementar n. 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal [LRF], 2000) (Gerigk & Clemente, 2011; Louzano et al., 2019).

Além disso, após a promulgação da CF (1988) os municípios receberam mais responsabilidades e recursos para desempenhar o papel de articuladores e protagonistas do desenvolvimento local. No entanto, devido aos desafios enfrentados para atender às demandas locais urgentes, como infraestrutura básica e políticas sociais, há dificuldades em priorizar adequadamente essa função (Martins et al., 2010). A importância da atuação correta da gestão pública para estimular áreas como educação, saúde e infraestrutura é amplamente reconhecida como a melhor estratégia para atender às necessidades sociais. Assim, a LRF (2000) tem sido destacada como um instrumento eficaz para controlar a atuação dos gestores públicos e fortalecer os processos de planejamento e gestão fiscal (Gerigk & Clemente, 2011; Laureano et al., 2017).

Nas últimas décadas, o governo federal do Brasil implementou diversas medidas para reduzir as disparidades regionais ao estabelecer instituições de apoio ao desenvolvimento regional desde a década de 1950. O Plano de Metas, durante o governo JK, impulsionou o desenvolvimento industrial e a construção de Brasília visando promover o progresso a integração das regiões Centro-Oeste e Norte. A criação do Bolsa Família, em 2004, evidenciou a necessidade de abordagens complementares diante dos desafios socioeconômicos, especialmente na região Nordeste e Norte. Com isso, é crucial reconhecer as diferentes características e demandas das diferentes regiões brasileiras exigindo uma abordagem diferenciada na formulação e implementação de políticas públicas, principalmente em relação aos gastos fiscais (Lima & Simões, 2009; Kerstenetzky, 2009). Assim, apresenta-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H1: Há diferenças significativas nos gastos fiscais a depender da região brasileira.

3 Procedimentos Metodológicos

3.1 Amostra e coleta de dados

O conjunto de dados utilizado neste estudo abrange variáveis fiscais e demográficas referente a um período de onze anos, entre 2006 e 2016, dos 5.308 municípios brasileiros que possuem uma população de até 100 mil habitantes. Os municípios com populações maiores do que essas tendem a ter necessidades semelhantes, como é o caso das capitais do país. Nessas localidades, o nível de exigência social pode ser bastante similar. O horizonte temporal de análise inicia-se em 2006, devido à disponibilidade de dados do Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), provenientes do banco de dados disponibilizado por Bartoluzzio e Anjos (2019b), uma vez que o Sistema Firjan disponibilizam apenas informações a partir do ano de 2013; e encerra-se em 2016 devido à disponibilidade de dados do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Destaca-se que ambos os índices são disponibilizados pelo Sistema Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro).

Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados dados sobre a gestão fiscal dos municípios relacionadas ao Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF); dados sobre o desenvolvimento socioeconômico relacionados ao Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e variáveis demográficas e econômicas extraídas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Os dados fiscais municipais, representados pelo IFGF, são provenientes do Sistema Firjan que calcula anualmente os índices de gestão fiscal de todos os municípios brasileiros. Com uma pontuação entre 0 e 1, o índice reflete a qualidade da gestão fiscal, sendo que valores mais próximos de 1 indicam melhor desempenho. O IFGF se baseia em quatro índices principais: Autonomia, Gastos com Pessoal, Liquidez e Investimentos. Cada indicador aborda um aspecto da gestão, como financiamento administrativo, orçamento, cumprimento de obrigações financeiras e capacidade de gerar bem-estar e competitividade. Além disso, o índice permite comparações ao longo do tempo, proporcionando uma visão abrangente de evolução da gestão fiscal (Sistema FIRJAN, 2021).

Os dados de desenvolvimento socioeconômico foram extraídos do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros em três áreas-chave: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Calculado com base em estatísticas públicas oficiais fornecidas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde, o índice varia de 0 e 1, sendo valores mais próximos de 1 indicativos de um melhor nível de desenvolvimento municipal Sistema FIRJAN (2018). Enquanto a fonte de dados demográficos e econômicos, relacionados à população e PIB, é proveniente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A população deste estudo contou com 5.308 municípios totalizando 54.221 observações no período de 2006 a 2016. Salienta-se que para o alcance do objetivo deste estudo, os dados quantitativos foram submetidos ao teste de Hadi (1992) com o propósito de identificar *outliers*. O uso do teste justifica-se devido a extensa quantidade de dados dos municípios e a presença de observações discrepantes podem distorcer os resultados e, por sua vez, a interpretação dos pesquisadores. O teste de Hadi (1992) indicou 59 observações que podem ser classificadas como discrepantes. Dado o potencial de prejudicar os resultados, optou-se pela exclusão dessas observações. Com isso, a amostra é composta por 54.162 observações de 5.308 municípios brasileiros. A seguir, apresenta-se os índices, variáveis utilizadas e o modelo adotado.

3.2 Variáveis, modelo econométrico e análise de dados

As variáveis dependentes do estudo compreendem aos índices de gestão fiscal (Autonomia, Gastos com Pessoal, Liquidez e Investimentos) que refletem o nível de desempenho fiscal de cada município. As variáveis regiões (norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul) são variáveis independentes de interesse do estudo. Especificamente, a região sul foi utilizada como referência devido à sua média mais alta de índices fiscais, o que a torna um ponto de comparação relevante. Além disso, foram utilizadas variáveis de controle que de acordo com estudos estão relacionadas com os índices fiscais. As especificações das variáveis utilizadas estão expostas na Tabela 1.

Tabela 1 - Variáveis da pesquisa

Variáveis dependentes			
Variável	Descrição	Operacionalização	Fonte
IFGF Geral (GERAL)	Captura o nível geral de gestão fiscal dos municípios	Índice Firjan de Gestão Fiscal	Fialho e Fialho (2016); Louzano et al. (2019).
Liquidez (LIQ)	Captura a capacidade dos municípios em honrar com seus compromissos financeiros de curto prazo.	Índice Firjan de Gestão Fiscal Liquidez	Fialho e Fialho (2016); Louzano et al. (2019).



Gasto com Pessoal (GCP)	Captura a saúde financeira dos municípios	Índice Firjan de Gestão Fiscal Gasto com Pessoal	Fialho e Fialho (2016); Louzano et al. (2019).
Investimento (INV)	Captura o volume de investimentos realizados pelos municípios em relação às suas receitas.	Índice Firjan de Gestão Fiscal Investimento	Fialho e Fialho (2016); Louzano et al. (2019).
Variáveis independentes			
Variáveis de interesse			
Variável	Descrição	Operacionalização	Fonte
Região (DR)	Variável de cada região brasileira com base na classificação do IBGE.	Variável <i>dummy</i> que representa as regiões brasileiras: Norte (N); Nordeste (NE); Centro-Oeste (CE); Sudeste (SE); e; Sul (S). Ressalta-se que a região Sul (S) foi utilizada como <i>dummy</i> de referência.	Cruz et al. (2012).
Variáveis de controle			
Variável	Descrição	Operacionalização	Fonte
IFDM Saúde (IFDM_S)	Captura a qualidade e o acesso aos serviços de saúde oferecidos à população em determinado município.	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal Saúde	Cruz et al. (2012). Fialho e Fialho (2016).
IFDM Educação (IFDM_E)	Captura a qualidade e o acesso à educação oferecida à população em determinado município.	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal Educação	Cruz et al. (2012); Fialho e Fialho (2016).
IFDM Emprego & Renda (IFDM_ER)	Captura o nível de desenvolvimento humano relacionado ao emprego e à renda em determinado município.	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal Emprego & Renda	Cruz et al. (2012); Fialho e Fialho (2016).
PIB	Serva para medir o valor total de todos os bens e serviços finais produzidos em determinado município durante um ano.	Produto Interno Bruto	Silva e Crisóstomo (2019).
Número de Habitantes (POP)	Serve para apresentar o número de habitantes do município	Logaritmo Natural do Número de Habitantes no final do exercício	Asimakopoulos e Karavias (2016); Souza et al. (2020).

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Com o objetivo de verificar a influência do regionalismo nos índices de gestão fiscal dos municípios brasileiros, desenvolveu-se o seguinte modelo:

$$\begin{aligned}
 GERAL_{it}, LIQ_{it}, GCP_{it}, INV_{it} \\
 = \beta_0 + \beta_1 CE_{it} + \beta_2 NE_{it} + \beta_3 N_{it} + \beta_4 SE_{it} + \beta_5 IFDMS_{it} \\
 + \beta_6 IFDME_{it} + \beta_7 IFDMER_{it} + \beta_8 PIB_{it} + \beta_9 POP_{it} + \varepsilon
 \end{aligned} \quad (1)$$

Em que: $GERAL_{it}$ = Indicador de Gestão Fiscal Geral do município i no período t ; LIQ_{it} = Índice Firjan de Gestão Fiscal Liquidez do município i no período t ; GCP_{it} = Índice Firjan de Gestão Fiscal Gasto com Pessoal do município i no período t ; INV_{it} = Índice Firjan de Gestão Fiscal Investimento do município i no período t ; CE_{it} = Município i da região Centro-Oeste no período t ; NE_{it} = Município i da região Nordeste no período t ; N_{it} = Município i da região Norte no período t ; SE_{it} = Município i da região Sudeste no período t ; $IFDMS_{it}$ = Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal de Saúde do município i no período t ; $IFDME_{it}$ = Índice Firjan de



Desenvolvimento Municipal de Educação do município i no período t ; $IFDMER_{it}$ = Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal de Emprego & Renda do município i no período t ; PIB_{it} = Produto Interno Bruto do município i no período t ; POP_{it} = Número de habitantes do município i no período t ;

O modelo foi utilizado para testar a hipótese, resultando em quatro modelos multivariados. A análise foi conduzida usando a técnica estatística de dados em painel. Em primeiro lugar, foram identificadas as estimativas de dados em painel mais adequadas para cada um dos quatro modelos. Essa estimativa pode incluir o modelo *pooled* e efeitos fixos e efeitos aleatórios (Fávero & Belfiore, 2017). As observações de cada modelo foram submetidas aos testes de L.M. de Breusch-Pagan para essa identificação. Vale ressaltar que o teste com efeitos fixos não foi considerado, uma vez que os modelos multivariados já controlam as regiões do Brasil, as quais não variam ao longo do tempo, impossibilitando o uso dos efeitos fixos.

Em seguida, foi realizada uma verificação dos pressupostos da análise de regressão multivariada com o objetivo de garantir que o modelo não apresente viés. Também foi analisado os testes de normalidade multivariada dos dados; de presença de heterocedasticidade nos resíduos; de autocorrelação serial e multicolinearidade entre as variáveis independentes. Foram utilizados testes estatísticos o teste de Breusch-Pagan para detectar a presença de heterocedasticidade, o teste de Wooldridge para verificar a autocorrelação serial em primeira ordem e os *Variance Inflation Factors* (VIFs) para diagnosticar a multicolinearidade. Essa análise criteriosa dos pressupostos contribuiu para assegurar a confiabilidade e validade dos resultados obtidos na regressão multivariada com dados em painel.

4. Apresentação e discussão dos resultados

4.1 Análise descritiva

Na Tabela 2 são apresentadas as estatísticas descritivas das variáveis da pesquisa com o propósito de entender a distribuição dos dados.



Tabela 2 – Estatística Descritiva

Painel A: todos os portes de municípios							
Variáveis	Média	Desvio-padrão			Mínimo	Máximo	Obs.
		O	B	W			
GERAL	0,4821	0,1397	0,1087	0,0886	0,0426	0,9931	54.162
GCP	0,5747	0,2155	0,1466	0,1595	0,0000	1,0000	54.162
INV	0,5226	0,2827	0,1696	0,2282	0,0000	1,0000	54.162
LIQ	0,4675	0,3291	0,2356	0,2308	0,0000	1,0000	54.162
IFDM_E	0,6938	0,1424	0,1260	0,0704	0,1534	1,0000	54.162
IFDM_S	0,6891	0,1681	0,1493	0,0819	0,0431	1,0000	54.162
IFDM_ER	0,5169	0,1279	0,1049	0,0748	0,1019	0,9523	54.162
POP	9,2792	0,9441	0,9516	0,0668	6,6895	11,5127	54.162
PIB	11,5843	1,2091	1,1581	0,3746	8,2653	17,0539	54.162
Variáveis	FA	FR%	FANR	FR%	Obs.		
Centro-Oeste	4.575	8,45%	49.587	91,55%	54.162		
Nordeste	17.317	31,97%	36.845	68,03%	54.162		
Norte	3.989	7,36%	50.173	92,64%	54.162		
Sudeste	16.144	29,81%	38.018	70,19%	54.162		
Sul	12.137	22,41%	42.025	77,59%	54.162		
Painel B: municípios de até 20.000 habitantes							
Variáveis	Média	Desvio-padrão			Mínimo	Máximo	Obs.
		O	B	W			
GERAL	0,4815	0,1350	0,1039	0,0883	0,0426	0,9930	39.828
GCP	0,5885	0,2077	0,1407	0,1552	0,0000	1,0000	39.828
INV	0,5371	0,2878	0,1740	0,2340	0,0000	1,0000	39.828
LIQ	0,4689	0,3238	0,2325	0,2291	0,0000	1,0000	39.828
IFDM_E	0,6973	0,1389	0,1258	0,0700	0,1703	1,0000	39.828
IFDM_S	0,6941	0,1637	0,1466	0,0841	0,0431	1,0000	39.828
IFDM_ER	0,4988	0,1162	0,0925	0,0743	0,1019	0,9373	39.828
POP	8,8430	0,6519	0,6654	0,0637	6,6895	9,9034	39.828
PIB	11,1168	0,9080	0,8427	0,3701	8,2653	15,3298	39.828
Painel C: municípios de 20.001 a 50.000 habitantes							
Variáveis	Média	Desvio-padrão			Mínimo	Máximo	Obs.
		O	B	W			
GERAL	0,4763	0,1512	0,1278	0,0859	0,0427	0,9569	10.856
GCP	0,5335	0,2328	0,1715	0,1675	0,0000	1,0000	10.856
INV	0,4830	0,2663	0,1811	0,2076	0,0000	1,0000	10.856
LIQ	0,4617	0,3432	0,2666	0,2260	0,0000	1,0000	10.856
IFDM_E	0,6764	0,1524	0,1442	0,0689	0,1534	1,0000	10.856
IFDM_S	0,6613	0,1827	0,1748	0,0738	0,1110	0,9868	10.856
IFDM_ER	0,5453	0,1372	0,1216	0,0737	0,1572	0,9514	10.856
POP	10,2866	0,2546	0,2720	0,0561	9,9035	10,8197	10.856
PIB	12,6152	0,8628	0,8168	0,3642	10,4040	16,3357	10.856
Painel D: municípios de 50.001 a 100.000 habitantes							
Variáveis	Média	Desvio-padrão			Mínimo	Máximo	Obs.
		O	B	W			
GERAL	0,5075	0,1514	0,1280	0,0876	0,0991	0,9634	3.478
GCP	0,5444	0,2273	0,1714	0,1591	0,0000	1,0000	3.478
INV	0,4792	0,2564	0,1810	0,1981	0,0000	1,0000	3.478
LIQ	0,4696	0,3441	0,2659	0,2369	0,0000	1,0000	3.478
IFDM_E	0,7082	0,1456	0,1384	0,0623	0,2144	0,9950	3.478
IFDM_S	0,7190	0,1599	0,1494	0,0639	0,1298	0,9796	3.478
IFDM_ER	0,6345	0,1461	0,1314	0,0731	0,2010	0,9523	3.478
POP	11,1306	0,1970	0,2163	0,0526	10,8199	11,5127	3.478
PIB	13,7190	0,7895	0,7300	0,3503	11,5890	17,0539	3.478

Notas. O: Overall; B: Between; W: Within; Obs.: Observações; FA: Frequência Absoluta de observações da região; FANR: Frequência Absoluta de observações que não são da região; FR%: Frequência Relativa em Percentual.
Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Ao analisar os índices fiscais, nota-se que quando avaliado todos os municípios, independentemente do seu porte, a média do índice de gestão fiscal geral (GERAL) foi de 0,48 com desvio padrão de $\pm 0,14$. Os índices fiscais de gasto com pessoal (GCP), de investimento (INV) e de liquidez (LIQ) apresentaram média e desvio-padrão de 0,57 ($\pm 0,22$), 0,52 ($\pm 0,28$) e 0,47 ($\pm 0,33$), respectivamente. Apesar disso, quando a amostra foi segmentada ao considerar os diferentes portes dos municípios de acordo com a classificação do IBGE, tidas como pequeno porte 1 (municípios de até 20 mil habitantes – Painel B), pequeno porte 2 (municípios de 20 mil a 50 mil habitantes – Painel C) e médio porte (50 mil a 100 mil habitantes - Painel D), nota-se diferenças nos índices fiscais a depender do porte dos municípios.

O GERAL apresentou leve aumento à medida que o porte do município é maior, sendo que em municípios de até 20 mil habitantes apresentou média e desvio-padrão de 0,48 ($\pm 0,13$) e em municípios de 50 mil até 100 mil habitantes foi de 0,51 ($\pm 0,15$). Por outro lado, observa-se uma redução sutil nos GCP à medida que o número de habitantes aumenta. Os dados da Tabela 2 evidenciam que a média do GCP para municípios com até 20 mil habitantes foi de 0,58 ($\pm 0,20$), enquanto para municípios com 50 mil até 100 mil habitantes foi de 0,54 ($\pm 0,22$). Um padrão semelhante é observado para o INV. Os resultados indicam que municípios com até 20 mil habitantes apresentaram uma média de 0,53 ($\pm 0,28$), em contraste com a média de 0,47 ($\pm 0,25$) para municípios com 50 mil até 100 mil habitantes.

No que tange o LIQ, os achados indicam que a média se manteve constante em todos os portes de municípios, apresentando um valor de 0,46 ($\pm 0,32$). De acordo com Sistema FIRJAN (2021), municípios que possuem resultados do LIQ entre 0,40 e 0,60, indicam gestão em dificuldade. Neste caso, os municípios do estudo apresentaram, em média, uma situação em que não possuem recursos em caixa suficientes para cobrir as despesas postergadas para o ano seguinte. Com isso, o porte do município pode ser uma característica relevante ao considerar a forma em que a gestão fiscal dos municípios é conduzida pelos prefeitos, uma vez que os dados sugerem que municípios de até 20 mil habitantes tendem a apresentar, em média, maiores gastos com pessoal e investimentos.

Em relação à quantidade de municípios, os resultados da Tabela 2 – Painel A também evidenciam a distribuição por região geográfica. A região Centro-Oeste apresentou a análise de 452 municípios, totalizando 4.575 observações. No Nordeste, foram analisados 1.741 municípios, somando 17.317 observações. Já a região Norte contou com a análise de 430 municípios, resultando em 3.989 observações. A região Sudeste teve 1.543 municípios analisados, correspondendo a 16.144 observações. Por fim, na região Sul foram examinados 1.142 municípios, totalizando 12.137 observações. Foram analisados um total de 5.308 municípios, abrangendo todas as regiões. Esses municípios representam mais de 95% do total de municípios do Brasil, que é de 5.568 (excluindo o Distrito Federal). Essa abrangência proporciona uma análise abrangente das características socioeconômicas e demográficas em cada região.

4.2 Análise inferencial

Com o objetivo de testar a hipótese de pesquisa, os dados foram submetidos à análise por meio da regressão multivariada. Para tanto, antes dessa análise, os dados foram avaliados utilizando o teste de correlação de *Spearman*. As evidências apresentadas por esse teste

demonstram que o GERAL, GCP, INV e LIQ estão significativamente correlacionadas com as variáveis independentes de interesse, tidas como as regiões geográficas brasileiras – centro-oeste, nordeste, norte, sudeste e sul. Esses resultados apresentam evidências de que a localização regional do município pode impactar na gestão fiscal.

O teste de Spearman também pode ser utilizado para averiguar indícios de multicolinearidade entre as variáveis independentes. As correlações entre as variáveis independentes desse teste apresentaram coeficientes de correlação inferiores a 0,80. De modo complementar, com a finalidade de averiguar se há a presença de multicolinearidade nos modelos de regressão, as variáveis independentes foram submetidas ao teste VIF. Esse teste indicou que todas as variáveis independentes possuem valores inferiores a 10. Com base nesses resultados e a partir sugestão apresentada por Gujarati e Porter (2011) de que os valores de VIF inferiores a 10 não denotam variáveis multicolineares, os quatro modelos de regressão multivariados não estão sujeitos à multicolinearidade das variáveis.

Além disso, aplicou-se o teste de Breusch-Pagan e Wooldridge, sendo que quando os resultados desses testes indicaram a presença de heterocedasticidade dos resíduos e/ou autocorrelação serial de primeira ordem, o modelo de regressão multivariado foi estimado por meio do método de clusterização nos indivíduos. Nesse sentido, na Tabela 3 são apresentados os resultados das análises multivariadas com o objetivo de analisar se há diferenças significativas dos índices de gastos fiscais a depender das regiões brasileiras.

Tabela 3 - Modelo multivariado de todos os municípios

Variáveis	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
	GERAL	GCP	INV	LIQ
Centro-Oeste	-0,0401***	-0,0660***	-0,1225***	-0,0192
Nordeste	-0,1749***	-0,2901***	-0,1784***	-0,1778***
Norte	-0,0980***	-0,2043***	-0,0565***	-0,0798***
Sudeste	-0,0530***	-0,0611***	-0,0633***	-0,1087***
IFDM_E	-0,0848***	-0,4003***	-0,0724***	0,1321***
IFDM_S	0,0030	-0,0965***	0,0011	0,0923***
IFDM_ER	0,1285***	0,1530***	0,2689***	0,0697***
POP	0,0134***	0,0429***	0,0147***	-0,0257***
PIB	0,0120***	-0,0723***	-0,0460***	0,0278***
Constante	0,5689***	1,4099***	0,9184***	0,2890***
Obs.	54.162	54.162	54.162	54.162
R2 Overall	0,2073	0,1067	0,0607	0,1084
R2 Between	0,3193	0,0633	0,1184	0,2027
R2 Within	0,0319	0,1823	0,0254	0,0091
Teste Wald	3.312,08***	4.481,16***	1.688,15***	1.908,38***
LM. BP	44.258,83***	36.863,67***	14.272,43***	39.214,55***
VIF (máximo)	6,41	6,41	6,41	6,41
VIF (mínimo)	1,29	1,29	1,29	1,29
Breusch-Pagan	95,36***	4.524,55***	27,2***	2,97*
Wooldridge	847,80***	321,85***	15,73***	931,30***

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Os resultados do Modelo 1 indicam que há diferenças para o índice GERAL a depender da região onde o município está localizado. Considerando os municípios da região Sul como referência, nota-se que os municípios localizados em outras regiões possuem menores valores de índices fiscal geral ao nível de 1% de significância. Isso porque a variável Centro-Oeste (Coef.: -0,040; valor-p <0,000), Sudeste (Coef.: -0,053; valor-p <0,000), Norte (Coef.: -0,098; valor-p <0,000) e Nordeste (Coef.: -0,175; valor-p <0,000) estão negativamente relacionados

com a variável dependente GERAL. Assim, mostrando que os municípios localizados na região sul possuem em média maiores valores do índice fiscal geral e os municípios localizados na região nordeste os menores valores desse índice.

As evidências do Modelo 2 sugerem que os municípios localizados na região Sul possuem os mais altos valores do GCP dado da relação negativa das variáveis Sudeste (Coef.: -0,061; valor-p <0,000), Centro-Oeste (Coef.: -0,066; valor-p <0,000), Norte (Coef.: -0,204; valor-p <0,000) e Nordeste (Coef.: -0,290; valor-p <0,000) com o índice GCP. No Modelo 3, verifica-se uma relação negativa entre as variáveis Norte (Coef.: -0,056; valor-p <0,000), Sudeste (Coef.: -0,063; valor-p <0,000), Centro-Oeste (Coef.: -0,125; valor-p <0,000) e Nordeste (Coef.: -0,178; valor-p <0,000) e o índice INV. Desse modo, nota-se que os municípios localizados na região Sul possuem os melhores desempenhos quanto aos índices de GCP e INV e, por outro lado, os municípios localizados na região Nordeste possuem os menores índices desses gastos.

No Modelo 4, os resultados indicam relação não significativa entre a variável Centro-Oeste (Coef.: -0,019; valor-p <0,114) e o índice LIQ, mas elucida a relação negativa entre as variáveis Norte (Coef.: -0,079; valor-p <0,000), Sudeste (Coef.: -0,109; valor-p <0,000) e Nordeste (Coef.: -0,178; valor-p <0,000) e a liquidez fiscal dos municípios - LIQ. O resultado evidencia que os municípios da região Sul aliado aos dos Centro-Oeste possuem os maiores valores o índice LIQ e os municípios da região Nordeste os menores valores.

Nesse sentido, constata-se que há diferenças significativas nos gastos fiscais a depender da região brasileira, corroborando com a hipótese de pesquisa deste estudo. Isso porque a depender da localização do município, no quesito geográfico no território brasileiro, há diferenças nos valores do índice GERAL, de GCP, de INV e LIQ. Assim, evidencia que os municípios brasileiros possuem demandas específicas em relação à região em que se localiza. Contudo, essas diferenças regionais podem ser acentuadas a depender do porte do município, especialmente para aqueles de menores portes onde possuem demandas específicas. Por esse motivo, realizou-se a análise do impacto da região dos municípios nos índices fiscais ao considerar o porte do município de acordo com a classificação do IBGE, que divide os municípios em pequeno porte 1 (até 20 mil habitantes), pequeno porte 2 (20.001 a 50.000 habitantes) e médio porte (50.001 a 100.000 habitantes). Os resultados dessa análise são apresentados na Tabela 4.



Tabela 4 - Modelos multivariados considerando o porte dos municípios

Variáveis	Até 20.000 habitantes				De 20.001 até 50.000 habitantes				De 50.001 até 100.000 habitantes			
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6	Modelo 7	Modelo 8	Modelo 9	Modelo 10	Modelo 11	Modelo 12
	GERAL	GCP	INV	LIQ	GERAL	GCP	INV	LIQ	GERAL	GCP	INV	LIQ
Centro-Oeste	-0,04***	-0,06***	-0,14***	-0,04***	-0,02	-0,06***	-0,04**	0,05*	0,02	-0,06	0,05	0,09*
Nordeste	-0,17***	-0,29***	-0,19***	-0,17***	-0,19***	-0,30***	-0,15***	-0,19***	-0,15***	-0,21***	-0,09***	-0,14***
Norte	-0,08***	-0,16***	-0,06***	-0,06***	-0,14***	-0,29***	-0,03	-0,09***	-0,11***	-0,24***	0,04	-0,09*
Sudeste	-0,06***	-0,08***	-0,07***	-0,12***	-0,03***	0,00	-0,03**	-0,07***	-0,01	0,05**	-0,02	-0,08**
IFDM_E	-0,08***	-0,37***	-0,07***	0,13***	-0,08***	-0,49***	-0,03	0,11*	-0,08	-0,42***	-0,16	0,17
IFDM_S	-0,01	-0,10***	0,00	0,07***	0,02	-0,12***	0,03	0,18***	0,05	-0,06	-0,11	0,21**
IFDM_ER	0,10***	0,12***	0,24***	0,02	0,16***	0,18***	0,30***	0,15***	0,26***	0,25***	0,48***	0,34***
POP	0,00	0,03***	0,01**	-0,03***	0,01	0,04**	0,00	-0,01	-0,01	-0,01	-0,02	-0,05
PIB	-0,01***	-0,08***	-0,04***	0,03***	-0,01***	-0,05***	-0,06***	0,01	-0,01	-0,03*	-0,06***	-0,02
Constante	0,67***	1,64***	0,88***	0,04***	0,59***	1,19***	1,15***	0,22	0,72***	1,34***	1,29***	0,90
Obs.	39.828	39.828	39.828	39.828	10.856	10.856	10.856	10.856	3.478	3.478	3.478	3.478
R2 Overall	0,18	0,12	0,06	0,10	0,31	0,11	0,05	0,16	0,31	0,11	0,07	0,10
R2 Between	0,29	0,07	0,12	0,19	0,40	0,09	0,06	0,26	0,42	0,15	0,08	0,18
R2 Within	0,03	0,19	0,02	0,01	0,04	0,16	0,04	0,01	0,06	0,11	0,08	0,01
Teste Wald	2.201***	3.556***	1.118***	1.353***	1.157***	837***	345***	590***	417***	209***	215***	150***
LM.BP	29.929***	25.667***	9.023***	27.198***	9.525***	7.470***	3.717***	8.476***	2.743***	1.984***	1.325***	2.184***
VIF (máximo)	3,69	3,69	3,69	3,69	3,79	3,79	3,79	3,79	4,10	4,10	4,10	4,10
VIF (mínimo)	1,28	1,28	1,28	1,28	1,31	1,31	1,31	1,31	1,31	1,31	1,31	1,31
Breusch-Pagan	91,18***	3.430***	0,00	4,5**	16,66***	712,84***	3,53*	17,68***	2,15	262,23***	13,15***	4,33**
Wooldridge	538,96***	220,11***	4,68**	607,01***	225,26***	67,68***	14,18***	216,53***	78,23***	32,26***	7,66***	108,33***

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Os resultados expostos na Tabela 4 indicam que o porte dos municípios é um atributo relevante ao avaliar o reflexo do regionalismo nos índices fiscais. Os achados elucidam que em municípios de até 20 mil habitantes as variáveis que captam as regiões brasileiras Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sudeste apresentaram relação significativa e negativa, ao nível de 1%, em todos os índices analisados. Esses resultados não se repetem, com a mesma intensidade e frequência, ao considerar os demais portes municipais, como por exemplo, em municípios de 20 mil a 50 mil habitantes. Os achados desses municípios sugerem que a relação não continua a ser estatisticamente significativa, pelo menos, ao nível de 5% em alguns tipos de índices fiscais, como por exemplo, o GERAL e LIQ em municípios do Centro-Oeste, da variável GCP para municípios do Sudeste, e da variável INV para os municípios do Norte.

Com relação aos municípios com 50 mil a 100 mil habitantes, percebe-se que a relação só é estatisticamente negativa, pelo menos, ao nível de 5% para a variável Nordeste em relação a todos os índices analisados (GERAL, GCP, INV e LIQ). As variáveis que representam as demais regiões, em pelo menos algum dos índices avaliados não apresentaram relação estatisticamente significativa ao nível de 5%. Como exemplo, tem-se a variável Centro-Oeste que não possui relação significativa, ao nível de 5%, com nenhum dos índices fiscais avaliados; a variável Norte também não apresenta relação estatisticamente significativa ao nível de 5% com o índice de INV e LIQ; e a variável Sudeste que não está relacionada ao nível de 5% de significância com o índice GCP e LIQ. Com isso, nota-se que os índices fiscais dos municípios possuem significativa diferença para os municípios classificados como de pequeno porte 1 e, à medida que o porte aumenta, as disparidades regionais quanto aos índices fiscais são atenuadas.

4.3 Discussão dos resultados

Os achados dos modelos multivariados indicam que os municípios do Sul do país são mais eficientes em termos de gestão fiscal geral, enquanto os da região Nordeste são menos eficientes. Essa diferença também se reflete na gestão fiscal relacionada aos gastos com pessoal (GCP) e investimentos (INV), com os municípios do Sul sendo mais eficientes e o da região Nordeste menos eficientes. Além disso, os municípios da região Sul e Centro-Oeste apresentam índices de liquidez (LIQ) mais altos, enquanto os da região Nordeste têm os menores índices. Essas diferenças regionais nos gastos fiscais implicaram na não rejeição da hipótese de pesquisa deste estudo.

Os resultados ressaltam a importância do porte dos municípios e as demandas específicas de cada região. Em municípios com até 20 mil habitantes, todas as regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sudeste apresentam menores índices fiscais em relação aos municípios localizados na região Sul. No entanto, em municípios de 20 mil a 50 mil habitantes, não foi identificada diferença, exceto para a região Nordeste. Isso indica que os índices fiscais apresentam diferenças notáveis entre os municípios de menor porte. No entanto, à medida que o porte dos municípios aumenta, as disparidades regionais nos índices fiscais são reduzidas.

Esse resultado está na linha de discussão de Louzano et al. (2019), uma vez que os autores mencionam que os resultados fiscais tendem a ser impactados pelo tamanho populacional do município. Com isso avança-se na discussão ao evidenciar empiricamente que esse comportamento ocorre dado as diferenças nos índices fiscais a depender do porte dos municípios, em especial para municípios de até 20 mil habitantes.

Isso porque as diferenças nos índices fiscais são mais acentuadas a depender da localização regional do município. Os achados deste estudo também complementam as descobertas de Luz e Fochezatto (2022), pois mostraram que as regiões Sudeste e Sul têm uma maior concentração do valor adicionado do agronegócio. Essas regiões se destacam pelo papel das empresas agrícolas na geração de renda e riqueza por meio de sua produção.

Os resultados deste estudo podem ser analisados à luz da Teoria do Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento. A teoria destaca a existência de diferenças regionais no desenvolvimento econômico e que o crescimento em uma região pode afetar as regiões vizinhas de forma desigual. As disparidades nos índices fiscais entre as regiões e o impacto do porte do município são exemplos dessas discrepâncias e transmissão entre as regiões. As variações nos índices fiscais refletem ainda diferenças estruturais, como a concentração do valor adicionado do agronegócio em determinadas regiões. Além disso, a redução das disparidades regionais à medida que o porte dos municípios aumenta está relacionada à capacidade econômica e administrativa desses municípios para enfrentar os desafios fiscais.

Para finalizar, a região Nordeste ao apresentam menor eficiência em relação à gestão fiscal, sugere que os municípios dessa região enfrentam desafios específicos em termos de gestão fiscal e alocação de recursos públicos. Assim, essas disparidades podem ter implicações no desenvolvimento socioeconômico da região, que exige uma atenção especial. De acordo com Louzano et al. (2019), uma gestão mais eficiente dos gastos públicos está relacionada a condições socioeconômicas melhores. Desta forma, os achados deste estudo estão em coerência a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento, evidenciando as diferenças regionais nos índices fiscais e sua influência no desenvolvimento econômico.

5. Conclusões

Este estudo teve como objetivo investigar a influência do regionalismo nos índices de gestão fiscal dos municípios brasileiros. As evidências coletadas apontam para diferenças entre as regiões do Brasil em relação à eficiência da gestão fiscal geral, gastos com pessoal, liquidez e investimento. No entanto, essas diferenças tendem a ser mitigadas à medida que o tamanho populacional dos municípios aumenta. Os resultados podem ser interpretados à luz da Teoria do Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento, uma vez que as disparidades nos índices fiscais entre as regiões e o impacto do porte do município são exemplos dessas diferenças e da transmissão entre as regiões.

No campo teórico, os resultados contribuem com as discussões estabelecidas nas pesquisas de Baer et al. (1987), Leff, (1991), Barros (2011), Cravo et al. (2019), Luz e Fochezatto (2022) sobre as diferenças regionais do Brasil. Ao contrário da maioria das pesquisas que se concentraram na compreensão das origens das disparidades entre as regiões, este estudo apresentou evidências das necessidades específicas de cada região em termos de gastos fiscais. Dessa forma, acrescenta-se às discussões presentes nas pesquisas de Easterly e Rebelo (1993), Kneller et al. (1999), Scarpin e Slomski (2007), Bresser-Pereira (2008), Costa et al. (2015), Jorge e Cajazeira (2015), Fialho & Fialho (2016); Kwak (2017); Louzano et al. (2019), que se concentraram em verificar os reflexos da gestão fiscal eficiente nos índices fiscais dos municípios.

Em termos de resultados, este estudo preenche uma lacuna deixada pelas pesquisas anteriores ao fornecer informações sobre as especificidades regionais e suas necessidades em termos de gastos fiscais. É importante ressaltar que, apesar das medidas adotadas pelos governos ao longo das últimas décadas, para reduzir as disparidades regionais parecer ser necessário o desenvolvimento de políticas públicas que proporcionam a implementação de instituições de apoio ao desenvolvimento regional e a criação de programas sociais. Nota-se que ainda persistem desafios socioeconômicos, especialmente nas regiões Nordeste e Norte.

Vale ressaltar que esses resultados têm implicações no âmbito prático e social, visto que se torna crucial reconhecer as diferentes características e demandas das distintas regiões brasileiras, exigindo uma abordagem diferenciada na formulação de políticas públicas, especialmente no que diz respeito aos gastos fiscais. A compreensão da influência do regionalismo nos índices de gestão fiscal permite direcionar recursos de forma mais eficiente, buscando promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável em todo país como preconizado pelo Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

5.1 Limitações e sugestões para estudos futuros

O presente estudo não foi isento de limitações, a primeira é que foi analisada apenas municípios de até cem mil habitantes não comportando todos os portes dos municípios, o que é uma oportunidade para que estudos futuros possam se concentrar em entender os reflexos do regionalismo em municípios de grande porte com o propósito de verificar se o comportamento do regionalismo nos índices fiscais persiste. Além disso, o presente estudo não considerou o efeito do ciclo eleitoral na relação entre regionalismo e índices fiscais, sendo uma oportunidade para estudos futuros compreenderem como o ciclo eleitoral pode ser um componente que intensifica ou ameniza o impacto regional na condução fiscal dos municípios brasileiros.

Referências

- Acemoglu, D., Johnson, S., & Robinson, J. A. (2002). Reversal of fortune: Geography and institutions in the making of the modern world income distribution. *The Quarterly journal of economics*, 117(4), 1231-1294.
- Akita, T., Riadi, A. A., & Rizal, A. (2021). Fiscal disparities in Indonesia in the decentralization era: Does general allocation fund equalize fiscal revenues?. *Regional Science Policy & Practice*, 13(6), 1842-1865.
- Alcântara, V. C., Pereira, J. R., & Silva, E. A. F. (2015). Gestão social e governança pública: aproximações e (de)limitações teórico-conceituais. *Revista de Ciências da Administração*, 17(Edição Especial), 11-29.
- Alonso, J. M., Clifton, J., & Díaz-Fuentes, D. (2015). The impact of New Public Management on efficiency: An analysis of Madrid's hospitals. *Health Policy*, 119(3), 333-340.
- Asimakopoulou, S., & Karavias, Y. (2016). The impact of government size on economic growth: A threshold analysis. *Economics Letters*, 139, 65-68.
- Baer, W., da Fonseca, M. A., & Guilhoto, J. J. (1987). Structural changes in Brazil's industrial economy, 1960-1980. *World Development*, 15(2), 275-286.

- Barros, A. R. (2011). *Desigualdades regionais no Brasil: natureza, causas, origens e soluções* (No. 63).
- Bartoluzzio, & Anjos. (2019) b. Replication Data for: "Political Cycles and Fiscal Management in Brazilian Municipalities" published by RAC - *Revista de Administração Contemporânea*. Published by Journal of Contemporary Administration, 24(2), 2019. [Data set]. Journal of Contemporary Administration (RAC). Mendeley. <http://doi.org/10.17632/zg7tvnrkn9.1>
- Bartoluzzio, A. I. S. D. S., & Anjos, L. C. M. D. (2019) a. Ciclos políticos e gestão fiscal nos municípios brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, 24, 167-180.
- Bird, J., & Straub, S. (2020). The Brasilia experiment: the heterogeneous impact of road access on spatial development in Brazil. *World Development*, 127, 104739.
- Bresser-Pereira, L. C. (2008). O modelo estrutural de gerência pública. *Revista de Administração Pública*, 42, 391-410.
- Costa, C. C. D. M., Ferreira, M. A. M., Braga, M. J., & Abrantes, L. A. (2015). Fatores associados à eficiência na alocação de recursos públicos à luz do modelo de regressão quantílica. *Revista de Administração Pública*, 49, 1319-1347.
- Cravo, T. A., Resende, G. M., & Cruz, B. D. O. (2019). Mensurando as disparidades regionais no Brasil: Salários, custo de vida e amenidades locais. *Revista Brasileira de Economia*, 73, 1-28.
- Cruz, C. F., Ferreira, A. C. D. S., Silva, L. M. D., & Macedo, M. Á. D. S. (2012). Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 46(1), 153-176.
- Curado, M., & Cruz, M. (2012). Investimento Direto Externo no Brasil: uma análise para o período de alta inflação. *Economia e Sociedade*, 21, 275-300.
- Diniz, J. A., da Silva Macedo, M. A., & Corrar, L. J. (2012). Mensuração da eficiência financeira municipal no Brasil e sua relação com os gastos nas funções de governo. *Gestão & Regionalidade*, 28(83).
- Drazen, A., & Eslava, M. (2010). Electoral manipulation via voter-friendly spending: Theory and evidence. *Journal of development economics*, 92(1), 39-52.
- Easterly, W., & Rebelo, S. (1993). Fiscal policy and economic growth. *Journal of monetary economics*, 32(3), 417-458.
- Fávero, L. P. L., & Belfiore, P. (2017). Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®. El
- Ferreira, P. C. (2004). Regional policy in Brazil: A review. Unpublished manuscript.
- Fialho, G. A. L., & Fialho, T. M. M. (2016). Associação ente os indicadores de qualidade da gestão pública municipal e indicadores de desenvolvimento dos municípios brasileiros. *Gestão Pública: Práticas e Desafios*, 6(2).
- Fujita, M., & Thisse, J. F. (2002). Agglomeration and market interaction. Available at SSRN 315966.
- Gérard, M., Jayet, H., & Paty, S. (2010). Tax interactions among Belgian municipalities: Do interregional differences matter?. *Regional Science and Urban Economics*, 40(5), 336-342.
- Gerigk, W., & Clemente, A. (2011). Influência da LRF sobre a gestão financeira: espaço de manobra dos municípios paranaenses extremamente pequenos. *Revista de Administração Contemporânea*, 15, 513-537.

- Giambiagi, F., Alem, A., & Pinto, S. G. B. (2017). *Finanças públicas*. Elsevier Brasil.
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria básica*. Amgh Editora.
- Hirschman, A. O. (1958). *The strategy of economic development* (No. HD82 H49).
- Huriot, J. M., & Thisse, J. (2000). *Economics of cities*. Cambridge University Press.
- Jorge, M. A., & Cajazeira, A. P. G. B. (2015). Responsabilidade fiscal e desenvolvimento municipal: uma análise dos municípios sergipanos no período 2007/2010. *Pesquisa & Debate Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*, 26(1 (47)).
- Kerstenetzky, C. L. (2009). Redistribuição e desenvolvimento? A economia política do Programa Bolsa Família. *Dados*, 52, 53-83.
- Klein, F. A., & Sakurai, S. N. (2015). Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy. *European Journal of Political Economy*, 37, 21-36.
- Kneller, R., Bleaney, M. F., & Gemmill, N. (1999). Fiscal policy and growth: evidence from OECD countries. *Journal of public economics*, 74(2), 171-190.
- Kwak, S. (2017). Cyclical asymmetry in State fiscal policy: is it biased toward big or small government?. *The American Review of Public Administration*, 47(8), 962-976.
- Laureano, R. V., Wartchow, D., Rosso, V. P., & Macagnan, C. B. (2017). Divergências entre o posicionamento dos auditores públicos e dos conselheiros do TCE-RS na análise da LRF. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 091-109.
- Leff, N. H. (1991). Subdesenvolvimento e desenvolvimento no Brasil: Vol. I - Estrutura e mudança econômica, 1822-1947 Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.
- Leigh, N. G., & Blakely, E. J. (2016). *Planning local economic development: Theory and practice*. SAGE publications.
- Lima, A. C. D. C., & Simões, R. F. (2010). Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. *RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico*, 12(21).
- Louzano, J. P. D. O., Abrantes, L. A., Ferreira, M. A. M., & Zuccolotto, R. (2019). Causalidade de Granger do índice de desenvolvimento socioeconômico na gestão fiscal dos municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 53, 610-627.
- Luz, A. D., & Fochezatto, A. (2022). O transbordamento do PIB do Agronegócio do Brasil: uma análise da importância setorial via Matrizes de Insumo-Produto. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 61.
- Martins, J. D. A. D. (2021). As políticas públicas tributárias como eficiente instrumento de justiça social. *Revista do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná*, 8(15), 97-122.
- Martins, R. D. A., Vaz, J. C., & Caldas, E. D. L. (2010). A gestão do desenvolvimento local no Brasil:(des) articulação de atores, instrumentos e território. *Revista de administração pública*, 44, 559-590.
- Motta, P. R. M. (2013). O estado da arte da gestão pública. *Revista de Administração de Empresas*, 51(1), 82-89.
- Moutinho, J. D. A. (2016). Transferências voluntárias da União para municípios brasileiros: mapeamento do cenário nacional. *Revista de Administração Pública*, 50, 151-166.
- Musgrave, Richard Abel. 1959. *The Theory of Public Finance: A Study in Public Economy*. New York, NY: McGraw Hill.

- Nurkse, R. (1967). *Problems of capital formation and patterns of trade and development*. Oxford University Press.
- Nurosidah, S., Khusaini, M., & Prasetyia, F. (2023). Intergovernmental Transfers Reduction Policy and Flypaper Effect: Case of Covid-19 Pandemic in Indonesia. *Jurnal Ekonomi dan Studi Pembangunan*, 15(1), 1-18.
- Oliveira, L. de A., Arantes, V. A., & Leroy, R. S. D. (2023). Ciclos políticos e investimentos em infraestrutura: análise entre capitais brasileiras. *REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL - Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte - ISSN 2176-9036*, 15(1), 180-197.
- Penna, C., Linhares, F., Carvalho, E., & Trompieri Neto, N. (2013). Análise das disparidades de bem-estar entre os estados do Brasil. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 43, 51-78.
- Porter, M. E. (2008). *On competition*. Harvard Business Press.
- Scarpin, J. E., & Slomski, V. (2007). Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. *Revista de administração pública*, 41, 909-933.
- Sengenberger, W. (1993). Local development and international economic competition. *Int'l Lab. Rev.*, 132, 313.
- Shankar, R., & Shah, A. (2003). Bridging the economic divide within countries: A scorecard on the performance of regional policies in reducing regional income disparities. *World development*, 31(8), 1421-1441.
- Silva, C. R. M. D., & Crisóstomo, V. L. (2019). Gestão fiscal, eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. *Revista de Administração Pública*, 53, 791-801.
- Silveira-Neto, R., & Azzoni, C. R. (2006). Location and regional income disparity dynamics: The Brazilian case. *Papers in Regional Science*, 85(4), 599-613.
- Sistema FIRJAN. (2018). Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal [IFDM]: recorte municipal (abrangência nacional), ano base 2013. Retrieved from <https://www.firjan.com.br/ifdm/downloads/>
- Sistema FIRJAN. (2021). Índice Firjan de Gestão Fiscal [IFGF]: recorte municipal (abrangência nacional), ano base 2013. Retrieved from <http://www.firjan.com.br/ifgf/consulta-ao-indice/> <http://www.firjan.com.br/ifgf/consulta-ao-indice/>
- Sousa, A. M., Rosa, F. S., & Ribeiro, A. M. (2020). Influência dos gastos públicos no crescimento e desenvolvimento econômico: uma análise em municípios de Santa Catarina. *GCG: revista de globalización, competitividad y gobernabilidad*, 14(1), 62-77.
- Trojanek, M., Kisiala, W., & Trojanek, R. (2021). Do local governments follow their neighbours' tax strategies? Tax mimicking amongst Polish municipalities. *Land Use Policy*, 108, 105576.
- Varela, P. S., de Andrade Martins, G., & Corrar, L. J. (2009). Perfil dos gastos públicos versus perfil econômico-social dos municípios paulistas. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 3(5), 80-97.
- Vergne, C. (2009). Democracy, elections and allocation of public expenditures in developing countries. *European Journal of Political Economy*, 25(1), 63-77.